

## LEI 9.503/1997



# LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO





#### 01. Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

- I. o Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo.
- II. os Conselhos Estaduais de Trânsito CETRAN e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal CONTRANDIFE, órgãos normativos, consultivos e coordenadores.
- III. os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- IV. os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- V. a Polícia Rodoviária Federal.



#### Estão corretas as assertivas:

- a) I, III e V.
- b) II e IV.
- c) I, II, III, IV e V.
- d) I, III e IV.



- O2. De acordo com o Art. 5° do Código de Trânsito Brasileiro, qual é a finalidade do Sistema Nacional de Trânsito?
- a) Exclusivamente aplicar penalidades e fiscalizar infrações de trânsito.
- b) Organizar e executar atividades de engenharia de tráfego e policiamento nas rodovias estaduais.
- c) Planejar, administrar, normatizar e executar atividades relacionadas ao trânsito, como licenciamento, habilitação e educação de condutores, bem como fiscalizar infrações.
- d) Garantir que todos os veículos tenham seguro obrigatório de trânsito.
- e) Fiscalizar apenas o transporte público urbano e rodoviário.



- O3. De acordo com o Art. 6º do Código de Trânsito Brasileiro, qual é um dos objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito?
- a) Realizar campanhas para incentivar o aumento do número de veículos registrados no país.
- b) Estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Trânsito, promovendo segurança, fluidez, conforto e defesa ambiental.
- c) Delegar exclusivamente às Polícias Militares a função de regulamentar o trânsito urbano.
- d) Padronizar todas as infrações de trânsito para evitar fiscalização local.
- e) Fiscalizar apenas infrações cometidas por condutores de veículos motorizados.



O4. Dois condutores, A e B, trafegam em uma rodovia rural de pista dupla, onde não há sinalização regulamentadora de velocidade. O condutor A dirige um automóvel, enquanto o condutor B dirige um caminhão-cegonha. Considerando essas condições, as velocidades máximas que os condutores A e B poderão trafegar são de, respectivamente,

- a) 80km/h e 80km/h.
- b) 90km/h e 80km/h.
- c) 90km/h e 90km/h.
- d) 110km/h e 80km/h.
- e) 110km/h e 90km/h.



- O5. O Código de Trânsito Brasileiro indica as condições em que os condutores devem utilizar as luzes de seus veículos. Assinale a opção que apresenta uma condição em que se deve utilizar luz baixa e outra em que se deve utilizar luz alta, respectivamente.
- a) Em imobilizações / nas vias não iluminadas, exceto ao cruzar com outro veículo ou segui-lo.
- b) Em túneis / nas vias não iluminadas, exceto ao cruzar com outro veículo ou segui-lo.
- c) À noite / sob chuva, neblina ou cerração.
- d) À noite / em situações de emergência.
- e) Em imobilizações / em túneis.



- O6. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, sobre normas de circulação e conduta relativas ao uso de luzes em veículo,
- a) os veículos que não dispuserem de luzes de rodagem diurna deverão manter acesos os faróis nas rodovias de pista simples situadas fora dos perímetros urbanos, somente durante a noite.
- b) o condutor utilizará o pisca-alerta quando o veículo estiver parado para fins de embarque ou desembarque de passageiros e carga ou descarga de mercadorias.
- c) os veículos de transporte coletivo de passageiros, quando circularem em faixas ou pistas a eles destinadas, e as motocicletas, motonetas e ciclomotores deverão utilizar-se de farol de luz alta durante o dia e à noite.



- d) nas vias não iluminadas o condutor deve usar luz alta, exceto ao cruzar com outro veículo ou ao segui-lo.
- e) a troca de luz baixa e alta, de forma intermitente e por curto período de tempo, com o objetivo de advertir outros motoristas, só poderá ser utilizada para indicar a intenção de ultrapassar o veículo que segue à frente ou para indicar a presença de radares fixos ou móveis ou fiscalização na via.



- 07. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro, sobre normas de circulação e conduta,
- a) em nenhuma hipótese o condutor poderá ultrapassar veículos nos trechos em curvas, em aclives sem visibilidade suficiente e nas pontes e viadutos.
- b) o condutor que tenha o propósito de ultrapassar um veículo de transporte coletivo que esteja parado, efetuando embarque ou desembarque de passageiros, deverá acelerar, com o objetivo de concluir a manobra no menor tempo possível.
- c) o condutor que for ingressar numa via, procedente de um lote lindeiro a essa via, terá a preferência aos demais veículos e/ou pedestres que por ela estejam transitando.



- d) é permitida a ultrapassagem do condutor nas interseções e suas proximidades.
- e) antes de iniciar qualquer manobra que implique um deslocamento lateral, o condutor deverá indicar seu propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço.



08. As classificações dos sinais de trânsito são definidas pela Lei nº 9.503/1997. Sobre as classificações previstas na referida Lei, qual das categorias citadas abaixo está INCORRETA?

- a) Verticais.
- b) Horizontais.
- c) Dispositivos de sinalização auxiliar.
- d) Reflexivos.
- e) Sonoros.



O9. Durante deslocamento até a cidade de Belo Horizonte, um caminhão da marca Ford conduzido por João César, foi abordado na BR-101 durante um ponto de bloqueio da equipe da PRF. Durante a fiscalização ao veículo, foi observado pelo agente que o veículo estava transitando com o farol desregulado e/ou com o facho de luz alta de forma a perturbar a visão de outro conduto. Diante da situação, a infração é de natureza:

a) Leve. b) Gravíssima. c) Média. d) Grave.



- 10. Francisco de Assis, guarda municipal, estava conduzindo uma viatura da Guarda Municipal para deslocamento não emergencial à Secretaria de Finanças do Município, quando percebeu que o farol estava desregulado. Caso seja parado nessa condição por agentes de trânsito, é possível afirmar que:
- a) O guarda municipal terá a carteira de habilitação cassada.
- b) O guarda municipal será autuado pela prática de infração de trânsito leve.
- c) Como medida administrativa, o veículo será retido para regularização.
- d) O guarda municipal terá a carteira de habilitação suspensa.



- 11. Gael, que conduzia uma motocicleta em via pública, é parado em uma blitz realizada pela polícia, com o apoio da Guarda Municipal. O policial responsável pela ordem de parada solicita a CNH do condutor, que informa ser adolescente e, portanto, não habilitado. Diz, ainda, que foi um amigo, maior de idade, quem lhe emprestou o veículo, ainda que soubesse que Gael não era habilitado. Gael, mesmo sendo adolescente, respeitava todas as demais regras de trânsito em via pública, não gerando perigo concreto em sua conduta. Considerando unicamente as informações contidas no texto e os tipos penais previstos no Código de Trânsito Brasileiro, Gael:
- a) cometeu ato infracional, assim como o amigo que a ele emprestou o veículo cometeu crime
- b) cometeu ato infracional, já o amigo que a ele emprestou o veículo não cometeu crime



- c) não cometeu ato infracional, mas o amigo que a ele emprestou o veículo cometeu crime
- d) não cometeu ato infracional, tampouco o amigo que a ele emprestou o veículo cometeu crime



- 12. Trata-se de circunstância que não agrava as penalidades dos crimes de trânsito:
- a) ter o condutor do veículo cometido a infração com dano potencial para duas ou mais pessoas ou com grande risco de grave dano patrimonial a terceiros
- b) ter o condutor do veículo cometido a infração com Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação de categoria diferente da do veículo
- c) ter o condutor do veículo cometido a infração sobre via interna de shopping center
- d) ter o condutor do veículo cometido a infração utilizando o veículo sem placas, com placas falsas ou adulteradas



- 13. O artigo 74 do Código de Trânsito Brasileiro e seus respectivos parágrafos regulamentam a educação para o trânsito. Das afirmações abaixo, qual expressa corretamente uma obrigação estabelecida em relação à educação para o trânsito?
- a) A coordenação educacional é facultativa em cada órgão do Sistema Nacional de Trânsito.
- b) Escolas Públicas de Trânsito podem operar sem seguir os padrões do CONTRAN.
- c) A educação para o trânsito não é um direito, mas sim um dever para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito.
- d) É obrigatória a existência de coordenação educacional em cada órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, e os órgãos ou entidades executivas devem promover Escolas Públicas de Trânsito conforme as diretrizes do CONTRAN.





